



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**Agência Maringaense de Inovação e Tecnologia**  
**Superintendência da Agência Maringaense de Inovação e Tecnologia**  
**Diretoria de Tecnologia Digital**  
**Gerência de Geoprocessamento**

Av. XV de Novembro, 701, 1º Andar - Bairro Centro, Maringá/PR  
CEP 87013-230, Telefone: (44) 3221-1238 - [www2.maringa.pr.gov.br](http://www2.maringa.pr.gov.br)

**Ofício nº 357\_2023\_DTD - AMITECH**

Maringá, 14 de abril de 2023.

Exma. Sra. Vereadora

Ana Lúcia Rodrigues

Em resposta a solicitação formulada por Vossa Excelência através de Requerimento nº 275/2023 apenso ao ofício nº 34/2023, informamos o que segue:

Para realizarmos o cálculo da numeração predial, seguimos rigorosamente o que dispõe as leis a seguir:

1. Conforme disposto no Art. 491 §6 da Lei 34/59 (Código de Posturas e Obras) a partir da data desta Lei, aos prédios e terrenos localizados em novos logradouros ou em logradouros que ainda não tenham sido oficialmente numerados, serão distribuídos os números que correspondam a distância em metros entre o início do logradouro e o centro da testada respectiva, com aproximação de um metro. Essa distância será medida, para os imóveis de cada lado, a partir da intercessão do alinhamento do logradouro em que este tiver início. Para os imóveis situados à direita de quem percorrer o logradouro do início para o fim, serão distribuídos os números pares e para os imóveis do outro lado, os números ímpares.
2. Conforme Art. 16 § 3º da Lei 1045/2016, a numeração predial do lote poderá sofrer alterações decorrentes de incorporações, subdivisões, constituição de condomínio e até mesmo abertura de loteamento e prolongamento de via, sendo de obrigação do proprietário sua alteração sempre que solicitado pela Municipalidade.
3. Conforme a Lei 6436/2003 a administração municipal promoverá, a cada 04 (quatro) anos, a revisão da numeração predial das casas e edificações existentes no município de Maringá, entretanto, este tipo de atualização é realizada nos momentos considerados necessários, cito como exemplo: incorporação, subdivisão, desmembramento, aprovação de loteamento adjacente ao início da numeração predial, aprovação de loteamentos, etc., mesmo porque a prefeitura não dispõe de efetivo para realizar tal ação, sendo que até o momento possuímos na Cidade de Maringá mais de 113 mil lotes.

4. Quanto a obrigatoriedade de mudança de endereço no imóvel, vimos informar:
5. Conforme exigência do Art. 10 da Lei Complementar nº 910/2011 “Todas as edificações existentes e as que vierem a ser construídas serão obrigatoriamente numeradas conforme indicação do órgão municipal competente.”
6. A Lei Complementar nº 413/2001 é um dispositivo que regulamenta o Poder de Polícia Municipal em razão do interesse público, e conforme alínea “d” do Art. 4º da referida lei, compreende a obrigação de fazer atividades que não dependem de licença prévia da municipalidade está a numeração predial.
7. A Lei nº 8282/2009 dispõe sobre a implantação de números de identificação nos imóveis residenciais do Município; seguindo ainda a Lei nº 10626/2018 onde acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 8282/2009 que dispõe sobre a obrigatoriedade disposta no caput para terrenos residenciais e comerciais não edificados, assim como para os imóveis públicos de propriedade do Município.
8. Sendo de nosso conhecimento que a alteração de numeração predial gera transtornos, visto não limitar-se apenas a documento municipal, entretanto, cabe destacar que é um procedimento realizado apenas em intervenções que o próprio proprietário do imóvel realiza (incorporação, subdivisão e/ou desmembramento), que necessitam de alteração da numeração, nesses casos ao realizarmos qualquer alteração de número predial, seja em processos peticionados eletronicamente via sistema SEI ou ainda em processo protocolado pessoalmente oficiamos o requerente, onde o mesmo é informado da nova numeração e do prazo (mínimo de 30 (trinta) dias) para regularização conforme item 2 e o item 6 dessa. Em casos excepcionais onde existe a necessidade de se alterar a numeração em virtude de aprovação de loteamento adjacente ao início da numeração ou em casos de ligação de uma via a outra onde, além da alteração da denominação do logradouro temos que alterar a numeração predial, é fornecido ao contribuinte prazo de 1(um) ano (no mínimo) e conforme a via pode chegar a 3(três) anos, para utilizar os dois números e proceder a alteração da numeração em suas correspondências, sendo que, após este prazo deve ser retirado o número anterior da parede.
9. Apenas para inteirar a prefeitura disponibiliza, em sua página na internet, em seu Portal de Serviços, Certidão de Numeração predial, onde é aconselhável que o(a) contribuinte emita uma certidão e proceda as devidas alterações para regularizar a numeração predial relativa as suas correspondências (bancárias, SANEPAR, COPEL, etc)., temos ainda o Portal Geomaringá que além de consulta do número predial é possível emitir relatório do mesmo, entre outras ferramentas do portal, acessíveis a todo cidadão, temos ainda o comprometimento em atender qualquer munícipe por telefone, e-mail, ou pessoalmente.

Ciente de que descrevemos com clareza o padrão utilizado para cálculo da numeração predial, nos colocamos a disposição para esclarecer pessoalmente caso haja necessidade, aproveitamos o ensejo para externarmos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Rosangela Sanches, Auxiliar Administrativo**, em 14/04/2023, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edney Mossambani, Secretário (a) de Inovação e Tecnologia**, em 14/04/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1652800** e o código CRC **0942BFB1**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01.02.00036314/2023.67

SEI nº 1652800



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

**Chefia de Gabinete do Prefeito**

**Chefia de Gabinete**

**Gerência de Controle de Atos Legislativos**

Av. XV de Novembro, 701, Anexo do Paço Municipal - Bairro Centro, Maringá/PR

CEP 87013-230, Telefone: (44) 3221-1506 - [www2.maringa.pr.gov.br](http://www2.maringa.pr.gov.br)

**Ofício n.º 966/2023 - GAPRE**

Maringá, 17 de abril de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

**MARIO MASSAO HOSSOKAWA**

Presidente da Câmara Municipal de Maringá

Nesta

Senhor Presidente,

Em atenção ao Requerimento n.º 275/2023 (SEI nº 1582829), apresentado pela Vereadora **Ana Lúcia Rodrigues**, que solicita para fins de esclarecimento público, o quanto segue:

1 - qual é o procedimento observado pela Administração Municipal para a realização de alteração de números prediais de imóveis situados nas vias públicas do Município;

2 - quando a Administração Municipal pretende proceder à alteração de números prediais, se os proprietários dos imóveis cuja numeração será alterada são notificados pelo Poder Público a respeito da alteração, e, em caso positivo, decline qual o prazo de antecedência observado entre a data da notificação ao interessado e a data da concretização da alteração do número predial. Em caso negativo, decline os motivos, e se há alguma perspectiva por parte da Administração Municipal em incluir na legislação vigente sobre a matéria a previsão de prazos nesse sentido.

Respondendo à nobre parlamentar, anexamos o Ofício nº 357\_DTD (SEI nº 1652800) da Gerência de Geoprocessamento da Agência Maringaense de Inovação e Tecnologia - Amitech.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Trevizan Filho, Chefe de Gabinete**, em 18/04/2023, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1660593** e o código CRC **57A159F9**.

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01.02.00036314/2023.67

SEI nº 1660593